

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO  
FEDERAL  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador



Ano 2020



# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

  
**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

  
**CNPq**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Eduardo do Nascimento

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-244-9  
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.  
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.  
CDD 370.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

### CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

## PREFÁCIO

**Márcia Janete Espig**  
(UFPel/Pelotas)

**Márcia Elisabete Schüler**  
(IFC/Videira)

### O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4492003089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>109</b>
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti	
Zilma Isabel Peixer	
Juliana Golin Krammes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira	
Silvio dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla	
Ana Letícia Andrade Ferreira	
Cleonice Gonçalves da Rosa	
Ana Paula de Lima Veeck	
Michael Ramos Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030816</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>176</b>
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>225</b>
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>236</b>
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030822</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>262</b>

## COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)

**Fernando Henrique de Almeida**  
(UFPR/Curitiba)

**RESUMO:** Tratando o formar-se da classe trabalhadora na região do planalto norte catarinense como possuidora de fortes características das rupturas e continuidades ocasionadas pelo conflito do Contestado, este trabalho tem como finalidade discorrer sobre algumas hipóteses do meu projeto de pesquisa, aprovado para o programa de pós-graduação em História da UFPR. A presente pesquisa visa analisar o cotidiano e o as sociabilidades do mundo do trabalho decorrente da formação da Móveis “CIMO” em Rio Negrinho - Santa Catarina. A fábrica da “móveis CIMO” (Companhia Industrial de Móveis), surge no início do século XX produzindo caixotes em madeira para empacotar frutas. A partir da década de cinquenta, com produção moveleira já se destacava pelo tamanho de sua planta industrial, o número de empregados e enriquecimento estrondoso (sendo considerada por muito tempo como a maior fábrica de móveis da América Latina). Em paralelo a este crescimento industrial, podemos notar a elevação do distrito de Rio Negrinho à categoria de cidade e seu inchaço populacional no entorno da sua principal fonte empregatícia, se constituindo, assim, como uma comunidade tipicamente operária. Em suma, todos estes elementos – o estabelecimento de várias culturas e relações com o mundo; a constituição

de uma enorme planta industrial; a relação com a floresta de araucárias e suas riquezas naturais - contribuíram para a singularidade de sua formação populacional e principalmente da classe trabalhadora da cidade. Sendo a apreensão de algumas manifestações culturais o objetivo central de nosso projeto de pesquisa de mestrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mundos do Trabalho; Classe Trabalhadora; Relações de Poder.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar propor abordagens teórico-metodológicas para os estudos sobre os mundos do trabalho na região do planalto norte de Santa Catarina. Para tal, serão considerados elementos históricos fundamentais do “formar-se” da classe trabalhadora na região uma economia política baseada em atividades extrativas em torno da florestas de araucárias; a formação de um capitalismo recente, se comparado com outras regiões do Brasil; fenômenos migratórios, tanto de brasileiros pobres de outras regiões como de europeus excluídos de suas terras pelo advento do capitalismo e a guerra do Contestado e suas características principais enquanto processo histórico.

O trabalho será dividido em três eixos. O primeiro discutirá as características relevantes da formação social, histórica e econômica

da região e da cidade de Rio Negrinho para a formação da classe trabalhadora e das relações sociais entre ela, os sujeitos subalternizados e a classe dominante. O segundo diz respeito a uma discussão do estado da arte que possuem como chave explicativa a classe trabalhadora e suas relações sociais de produção, tanto âmbito geral como em específico ao recorte. E por fim, apresentará saídas temáticas para a ampliação dos estudos históricos do proletariado na região, sob a perspectiva da história “vista por baixo”. Para tanto, não queremos enrijecer as análises sobre o tema, mas propor diálogos interdisciplinares que visam compreender as vicissitudes da formação histórica do planalto norte catarinenses e complexificar as análises acerca do objeto.

Rio Negrinho e o planalto norte catarinense (também atendido como Alto Vale do Rio Negro) atualmente são conhecidos como o maior produtor de móveis em madeira para exportação do Brasil, contando na década de 2010 com quase 1000 empresas, distribuídas principalmente em São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra; concentrando em torno de 10 mil operários distribuídos por todas as cidades da região, estes dados significam 50% dos trabalhadores que exercem tal função no estado de Santa Catarina (SEBRAE, 2012). Embora exista um dinâmico complexo industrial de enorme capacidade produtiva na região, isso não se expressa e nem se traduz na qualidade de vida da população, possuindo historicamente um dos menores IDH de Santa Catarina.

Embora seja verdade que a desigualdade existente no planalto não esteja apenas vinculada a produção madeireira (ver SOUZA e BASTOS, 2011, p. 1-14). Essa sem dúvida, é a relação de produção historicamente mais importante da região. Compreender os processos históricos que originaram tal economia política nos parece um ponto de partida essencial para analisar a classe trabalhadora de Rio Negrinho e região.

De fins do século XIX à primeira metade do XX, a localidade denominada Planalto Norte catarinense, ou para outros, Alto Vale do Rio Negro, apresentava uma conjuntura bem agitada. Durante o contexto de final da escravidão aos governos nacional-desenvolvimentistas de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek - da passagem do Império aos governos da II República - a região se viu repleta de migrantes europeus e de brasileiros pobres nascidos próximos à Curitiba incentivados pelo discurso de terras livres agricultáveis e um futuro próspero a seus descendentes.

No bojo desses acontecimentos, as classes dominantes regionais traziam um objetivo bem claro: originar cidades para colonizar uma região “vazia de gente” e rica em madeira e erva-mate, assim como cristalizar seus interesses de modernização capitalistas. Entretanto tais desejos se mostravam com enormes dificuldades. Com que investimentos, tanto de tipo financeiro como de pessoal para ocupar a região? Esses dois elementos se mostram pertinentes principalmente se observarmos que a população residente no país alcançava em média 20 milhões, assim como se notarmos que o Estado brasileiro estava completamente submerso aos conflitos de cunhos monarquistas e populares do contexto.

A saídas propostas pelo Estado para a região foi o incentivo a migração de europeus (alemães, austríacos, poloneses, ucranianos, italianos, russos) através de concessão de terras agricultáveis e devolutas (ver FAUSTO, 2012). Do lado catarinense, é em fins do

século XIX que a imigração de camponeses empobrecidos de origem europeia ocorre, primeiramente para a colônia agrícola “Dona Francisca” – conhecida atualmente como Joinville, e depois da colônia de “São Bento” (SOUSA, 2015; KAESEMODEL, 1990). Além destes, paranaenses de regiões próximas à Curitiba também se fixaram nestas terras, principalmente após a construção das estradas de ferro da que ligaria o planalto ao porto de São Francisco. É preciso reiterar, que uma grande parcela destes terrenos já haviam sido ocupados por brasileiros pobres, camponeses chamados de caboclos, que, como veremos, gerou conflitos de proporções enormes.

No contexto de produção de riquezas é possível notar uma relação com atividades primárias, em uma conjuntura que é marcada pela diversificação da economia nacional. Por se tratar de uma região de fronteira entre o estado de Santa Catarina e o Paraná, o Alto Vale do Rio Negro possui aproximações com várias das atividades desenvolvidas em territórios cobertos pelas florestas das araucárias. A imensa riqueza natural e os interesses agrários corroboraram para que o território fosse disputado palmo a palmo de forma agressiva pelos dois estados

A concentração de trabalhadores industriais nesta região tem, portanto, raízes a partir da extração ervateira; da constituição de pequenas serrarias e principalmente do estabelecimento da *Brazil Railway Company* e da *Southern Lumber and Colonization* no início do século XX, empresa que possuía as concessões para a construção de estradas de ferro que ligavam o sul do Brasil, às regiões de São Paulo e aos portos de Paranaguá e Santos e a colonização de terras ricas em madeiras circundantes aos trilhos, contrapartida cedida pelo Estado nacional (ver SINGER, 2012, p. 413).

Distante de ser um processo pacífico, a disputa entre os dois estados, juntamente com o estabelecimento da *Brazil Railway Company*, gerou uma instabilidade significativa para o Estado brasileiro. A Guerra do Contestado teve início em 1912 e só foi encerrada em 1916. Possuindo características populares e religiosas, tiveram de um lado forças militares nacionais em consonância com os interesses da companhia de Farqhar contra sujeitos camponeses vítimas dos processos de modernização, de expulsão de suas terras de da opressão da companhia (MACHADO, 2012).

Apesar de se apresentar como evento singular, devemos destacar o Conflito do Contestado como um processo de disputas de caráter sociais e econômicas que trazem consigo complexos significados quanto a rupturas nos modos de vidas anteriores a *Brazil Railway*, às modernizações industriais com novas dinâmicas no mundo do trabalho e as mentalidades que, sem dúvida, possuem durações exteriores ao tempo do conflito enquanto fato isolado (FAUSTO, 2013).

Embora excluída das explicações históricas de cunho oficial da cidade de Rio Negrinho, percebemos através das pesquisas de Nazareno José de Campos e Pablo Martin Bender (2012, pp. 191-209) que as relações sociais e o conflito extrapolam a geografia fixa da guerra e acabam por moldar práticas de solidariedades e de caráter coletivo, que em grande medida podem ser observadas na classe trabalhadora de toda a região do planalto de Santa Catarina, sendo assim, fenômeno importantíssimo para a formação da cidade de

Rio Negrinho.

Para Maria Salete Munhoz Kaesemodel (1990) em dissertação defendida na UFSC os fatores que dinamizaram a produção de riquezas na região no período que vai de sua ocupação até a segunda república, se concentram, principalmente, na extração de madeira e produção moveleira. Isto se explica, sobretudo, pela retração do setor exportador causado pela “Crise de 1929” e o crescimento das atividades econômicas ligadas à produção interna. Gustavo Rugoni de Sousa (2015) também chama atenção para o início da relação com o Estado, com os vários contratos para a produção de móveis para repartições, escolas e escritórios públicos, que garantia a realização do capitalismo nascente (DEAN, 2013).

O processo de desenvolvimento industrial destacado pela autora, a nosso ver, falha em não reconhecer o violento processo de expulsão de camponeses e caboclos de sua região do planalto (CAMPOS e BENDER, 2012, p. 191). Sendo estes sujeitos os principais fornecedores de força de trabalho para a então industrialização nascente.

É a partir deste recorte que se encerra a produção artesanal da extração de madeira, e inicia o desenvolvimento tecnológico para a produção de bens de consumo moveleiro como cadeiras, camas, poltronas e mesas. Como é o caso da Móveis “CIMO S.A.” e de outras empresas de “fundo de quintal”, sobretudo relacionada consumo local (KAESEMODEL, 1990, p. 40). A estimativa era que neste contexto existiam cerca de quarenta estabelecimentos que exerciam tal atividade, em sua totalidade de administração familiar (*ibidem*, p 42, p 47).

Em paralelo a este lento processo de média duração discorrido anteriormente, podemos notar a formação de pequenas cidades na região, que possuem características muito similares. Intenso fluxo migrante, economia baseada em atividades primárias e agrárias, forte apego a práticas religiosas populares, tanto de submissão quanto de festividades, a relação solidária da população e as relações de poder das classes dominantes cidadinas. É preciso frisar que esta pluralidade cultural advinda da combinação de várias formas de se portar e compreender no mundo têm impactos até os dias de hoje, e grande parte delas possuem relação com o mundo trabalho.

É variável a periodização desse processo, quando aplicado para a cidade de Rio Negrinho, ele só se encerra em meados do século XX, contexto que é marcado, em paralelo, pela independência de Rio Negrinho da cidade de São Bento. O crescimento comercial e populacional da cidade acompanhou o estabelecimento das estradas para o escoamento de mercadorias, assim como o crescimento da extração de madeira e da produção moveleira do CIMO. É possível notar a formação geográfica da cidade de um modo tipicamente industrial, com sua população trabalhadora crescendo no entorno do principal parque produtivo da cidade.

## 2 | MUNDOS DO TRABALHO E UMA HISTÓRIA VISTA POR BAIXO: POTENCIALIDADES PARA A ANÁLISE DA CLASSE TRABALHADORA

Logo após a Revolução Industrial na Europa, conceitos como classes sociais; trabalho e capitalismo ocuparam lugares ímpares nos estudos de humanidade. Até meados do século XX - em paralelo às vitórias que os trabalhadores conquistaram - as pesquisas sobre o processo envolvendo a classe trabalhadora e burguesia, cristalizaram-se em dinâmicas reduzidas ao mundo do trabalho e a sua exploração através da mais-valia, tal corrente ficou conhecida como “economicismo”. A partir de meados do XX, os contornos analíticos de tais estudos aumentam e ganham cada vez mais elementos. Aquilo que entendemos sobre as ampliações na história da classe trabalhadora (seus debates e objetos) se aportam em pesquisas da “nova esquerda inglesa” próximas à *New left Review*. Apesar de divergentes em várias noções, para estes grupos de autores o que durante um bom tempo se estudou como a “História da Classe trabalhadora” se reduzia às vanguardas desta, juntamente com os movimentos políticos que construíram (HOBBSAWM, 2005, p 17). Com isso, debates como *cultura* e suas vicissitudes, *cotidiano*, *religiosidade*, *pequenas resistências*, *experiências*, *práticas associativas* para além, estudos de formações sindicais de linha conciliatória e o partido político de tipo não revolucionário entram em cena.

Partimos dos estudos culturais de Raymond Williams (2011) para apreender os fenômenos culturais da classe trabalhadora no contexto estudado. Reconhecendo as simplicidades das propostas metodológicas anteriores, o autor apresenta um novo modelo de compreensão desta manifestação social, que se oponha a versões simplistas, assim como das visões abstratas e subjetivistas do fenômeno, concepção que articule os limites e pressões externas e internas do desenvolvimento particular.

Os processos de manifestações culturais para os marxistas, afirma Raymond Williams, devem ser analisados através de duas categorias fundamentais: “Totalidade” e “Hegemonia”. Desenvolvido por Lukács, o conceito de totalidade foi criado para se opor às noções de camadas e de consequências “superestruturais”. Se não for esvaziado de conteúdo marxista, tal conceito traz consigo a noção de pluralidade de práticas sociais que formam um todo social concreto. Embora correto em sua concepção, para Williams tal conceito se mostra insuficiente se tratado de forma unitária. Fundamental então seria a combinação de tal ferramenta teórica com o conceito gramsciano de “Hegemonia”. A noção de Gramsci de hegemonia, diz o autor, pressupõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou estrutural. Se os processos culturais forem tratados como meramente ideológicos, um conjunto abstrato de imposição de ideias, hábitos sociais, culturais e políticos, resultados de manipulações de um tipo de formação dominante, a ruptura ou alteração estrutural da sociedade seria muito mais fácil (*Ibidem*, p. 51). Deve se enfatizar que hegemonia não é única e nem fixa, mas um processo complexo que exige renovações, recriações e definições contínuas. Esses novos instrumentos teóricos permitem compreender não apenas processos de modificações históricas estruturais, mas também singularidades, fases internas do desenvolvimento capitalista em níveis

particulares que exigem rigor analítico.

Primeiramente, é preciso frisar que em qualquer sociedade em qualquer período específico há um sistema geral de práticas, significados e valores que possuem centralidade e podemos apropriadamente chamar de “dominante e eficaz”. Estas elaborações estão longe de ser abstrato e em certa medida dão o horizonte de experiências e práticas dos sujeitos.

A hegemonia então aparece como o conjunto que dá sentido de realidade para a maioria das pessoas mover-se, alimentar-se, relacionar-se e apreender a realidade. Mas não se trata de um modelo estático, e sim complexo e dialético, possuindo em seus atributos fundamentais o processo de “incorporação” que significa a reprodução das instituições culturais dominantes e consolidadas: escolas, instituições familiares, organização do mundo do trabalho (*Ibidem*, p. 53). Assim sendo práticas; experiências; valores e representações que apesar de dominante e efetivo, podem carregar elementos alternativos da cultura subalterna, opositora em seu verdadeiro sentido. Os graus de existências dessas alternativas variam com as circunstâncias singulares da história.

Empiricamente falando é em E. P. Thompson que esta temática ganha um contorno mais nítido. Em “A peculiaridade dos Ingleses” Thompson (2012) se preocupa responder algumas polêmicas centrais a Anderson e Nairn. A primeira diz respeito às características frágeis da revolução do século XVII na Inglaterra, o que tornava a burguesia incapaz de tornar politicamente hegemônica; além disso, o fator religioso, que, presente na revolução, traz elementos de “impurezas” a ela, com isso as tradições intelectual da revolução teriam sido ínfimas. Por último, como decorrência de uma revolução prematura e de uma burguesia fraca, a formação do operariado inglês seria um reflexo débil também, sem consciência revolucionária e de resistências imediatas.

Para Thompson, Anderson e Nairn não conseguiam compreender a formação do capitalismo na Inglaterra, pelo fato de tentarem encaixar o fenômeno em um modelo explicativo “clássico” – o caso francês, em vez de recorrer às especificidades do desenvolvimento inglês, localizando os principais agentes, correlações de forças e embates para a industrialização. Sendo assim, possuíam uma análise “economicista”, norteadas pela concepção marxista pré-1917.

Neste texto de E. P. Thompson é possível notar uma metodologia de análise preocupada com as manifestações concretas em suas especificidades, indo de encontro a modelos explicativos rígidos e engessados. É nele que o autor questiona o modelo de base-superestrutura, que segundo o autor leva a explicação histórica a “reducionismos” e ao “esquematismo”. Com isso, podemos notar a tentativa de analisar o econômico e as relações sociais de produção por meio da dialética, entrelaçando-os.

### **3 | HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL**

Para compreender a consolidação e a reestruturação destes estudos no Brasil, as pesquisas de Cláudio Batalha (1998); Alexandre Fortes (2016); Sidney Chalhoub e Fernando

Teixeira da Silva (2009) são de imensa valia, pois desenvolvem questões contextuais que se complementam.

É pela porta dos estudos sociológicos que as reflexões sobre a classe trabalhadora, seus problemas concretos e dificuldades de desenvolvimento entram na academia brasileira, principalmente pelas pesquisas científicas produzidas pela sociologia da USP. Suas características fundamentais são as generalizações do caso brasileiro às especificidades da formação social no estado de São Paulo e as análises envolvendo as vanguardas da política operária. É com ela que noções como *origem estrangeira da classe operária e hegemonia anarquista na Primeira República* se consolidam (BATALHA, 1998, p 148). Silva e Chalhoub (2009) sintetizam a corrente da seguinte forma: “a classe operária aparecia “inteiramente subordinada à determinação estrutural das condições de industrialização”.

Os estudos envolvendo o tema dentro do campo da História surgem principalmente na década de 1970, sendo, em grande parte, um ramo da História Social. Originou-se pelos embates analíticos causados entre os pesquisadores da área e o modelo explicativo da sociologia uspiana. As críticas giravam ao entorno do fato de que o caso paulista não poderia ser generalizado para todo o resto do país, cabendo aos estudos sobre classe trabalhadora uma riqueza maior do corpus documental, estudos de caso e reflexões comparativas, ou seja, singularidades excluídas das universalizações capazes de propor um modelo plural de classe operária. É pertinente notar, ao mesmo tempo, a expansão de tal discussão para departamentos de outras universidades do país, como para a Universidade Estadual de Campinas; Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal Fluminense.

A partir da década seguinte é que se sentem as principais mudanças temáticas envolvendo o objeto. Para Batalha (1998, p 152) isso se deu por dois grandes fatos contextuais. O primeiro é o ressurgimento do movimento operário no Brasil, simbolicamente representado pelos acontecimentos envolvendo os metalúrgicos do grande ABC; o segundo são as traduções e lançamentos dos historiadores a epistemologia do “marxismo ocidental”, vinculados à “*New Left Review*”. Estas ideias chegam em fins da década de setenta, e coincidem com as lutas por redemocratização, emergências dos movimentos sociais e pelo “novo sindicalismo”. Toda esta conjuntura acabou por moldar a historiografia brasileira que abordava o mundo do trabalho, e suas diversas expressões.

Diante do panorama apresentado anteriormente, podemos notar que a partir da década de setenta houve ampliação das noções epistemológicas; temas e problemáticas que envolvem esses sujeitos. A observação que questões como cultura; cotidiano; lazer e sociabilidades fabris, antes entendidos como “fenômenos secundários”, “ilusões ideológicas” ou mesmo irrelevantes para a pesquisa histórica começam a ser (re)discutidas, e muitas vezes recém-observadas pelos pesquisadores (FORTES, 2016, p. 588).

Tal processo destacado é pormenorizado em “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980” (CHALHOUB E SILVA, 2009) naquilo que definiram como “crises de paradigmas”. Em paralelo ao processo de consolidação do tema dentro do saber histórico, para os autores, é possível traçar duas noções epistemológicas no mundo do trabalho hoje: A primeira denominada como

paradigma “da ausência”, e a segunda como paradigma “da agência” segundo a qual as ações dos trabalhadores livres ou escravizados foram resultados de negociações, escolhas e decisões estratégicas frente às instituições e aos poderes normativos.

Por tratar de uma classe trabalhadora com raízes e desenvolvimentos diferentes daqueles ocorridos na Europa ocidental, muitos intelectuais enxergaram o operariado no Brasil ausente de cultura e tradição política. A causa disso, argumentam, era o histórico escravocrata brasileiro, que, além de proibir qualquer atividade política e liberdade dos escravos, acabou por dificultar a formação de classes bem definidas e contribuiu para a importância do Estado para a resolução dos conflitos e rupturas estruturais (*Ibidem*, p. 14). Em resumo, para tal concepção, numa análise linear, a liberdade teria sido doada pela classe dominante aos negros, incapazes de atuar como sujeitos ativos, assim como o estado republicano “concediam” direitos à classe trabalhadora (*Ibidem*, p. 19). Esta concepção transformava, em uma longa duração, os trabalhadores em sujeitos passivos, vítimas de modernizações incompletas, possuindo poucas chances de apresentar alternativas políticas independentes (*Ibidem*, p. 27).

Embora tenha havido uma significativa ampliação no número de pesquisas sobre o tema, pode-se afirmar que os estudos abrangendo a classe trabalhadora que fuja do sudeste são ainda restritos. É possível notar, em paralelo a esse quadro inicial, uma lacuna para a região proposta. Isso a nosso ver diz respeito a três questões principais: uma, por relações referentes ao recorte espacial do projeto, pois se trata de uma localidade que é julgada de conter pouca influência política no movimento operário de fins do século XX; disso surge a segunda questão, que se trata, sobretudo do desinteresse acadêmico em pesquisar aspectos de sociabilidade operário em regiões distantes de grandes centros industriais, com pouco histórico de greve e de formação de quadros carismáticos; por fim a dificuldade de encontrar arcabouço documental compatível a tal referencial teórico/metodológico.

Como exceção, destacamos a dissertação Alexandre de Assis Tomporoski (2006). Neste trabalho, o autor traz dados pertinentes sobre a formação social do planalto norte. Ao analisar as práticas e costumes dos subalternos no alto vale do Rio Negro, Tomporoski destaca as dinâmicas de solidariedades e conflitos cotidianos constitutivos da sociabilidade interiorana. Em momentos de lazeres e do dia-a-dia - festas religiosas; bailes; mutirões; bares e no trabalho - o desafio e a manutenção da honra a todo custo sempre esteve presente e servia como elemento de resolução social.

Além disso, Tomporoski indica a existência de uma grande quantidade de perfis sociais e étnicos na formação da classe trabalhadora da região, fato que aparentemente não se traduzia em conflitos deste caráter. Nota-se, em contrapartida, a administração da cidade de Canoinhas; suas instituições coercitivas e os meios de comunicações locais agindo de encontro às práticas e aos espaços sociabilidades. O estabelecimento da *Lumber Colonization Company*, em início do século XX, acelerou ainda mais tais controles. Tomporoski afirma que tais empreendimentos tinham por objetivo impor limites às ações e desejos da comunidade trabalhadora em favor dos interesses da modernização e das

classes dominantes.

Entretanto, mesmo reconhecendo que no campo político a classe trabalhadora possuísse desigualdades, se comparada com o poder da empresa, isso não a impediu de organizar-se para exigir melhorias da condição de trabalho e de vida, processo que se apresenta de forma madura na construção de greves, sobretudo no ano de 1919.

A pesquisa de Tomporoski tem dupla contribuição para nosso trabalho. A primeira diz respeito ao conteúdo do seu trabalho, que trata da mesma região, de fábrica de igual importância. Ao analisar sob a perspectiva da história social a fábrica da Lumber no início do século XX, o autor consegue rastrear o cotidiano e sociabilidade da classe trabalhadora em Canoinhas – Santa Catarina. A segunda diz respeito a seu trato documental, relacionando documentos oficiais, com entrevistas orais e documentos produzidos pelos próprios trabalhadores como jornais e cartilhas.

Pioneiro em seu estudo, Alexandre Tomporoski traz análises refinadas sobre a fábrica da Lumber e suas relações sociais de produção. Mas não apenas isso articula um dado, a nosso ver, essencial para a região: a articulação entre todas as esferas dominantes. Isso se reflete quando notamos a relação entre a administração municipal em consonância com os interesses da fábrica e do patrão.

A *Lumber Colonization Company*, em contrapartida, a nosso ver se apresenta de forma particular na região, sendo assim, para nós, sua relação com o meio possui fragilidades ímpares que merecem ser destacadas. A primeira diz respeito a seu contingente operário. Por se tratar da maior serraria da América Latina, a concentração de trabalhadores em uma única planta industrial, alimenta a organização de uma classe trabalhadora consciente e seu possível conflito aberto de classes. A segunda se relaciona com sua administração. A Lumber, como é sabido, é uma companhia do capital internacional, sendo seus donos possuidores de faces obscuras aos trabalhadores, fato que dificulta a aproximação entre ela e o proletariado.

As administrações fabris, em sua imensa maioria, eram geridas por cidadão abastados da região, dado que pode ser essencial quando se trata de apreender as violências e as relações de poder entre as classes, sobretudo, pois se usado a seu favor a classe dominante evita a utilização da violência física, tanto miliciana, quanto os aparatos repressivos do Estado, algo recorrente na história da Lumber. (TOMPOROSKI, 2006, p. 85-146, CAMPOS e BENDER, 2012, p. 199-207).

A formação do complexo produtivo da fábrica “CIMO” em Rio Negrinho possui esta característica geral. Mesmo se consolidando ao longo da história como sendo a maior fábrica de móveis da América Latina, sua administração e relação produtiva se caracterizam pelo vínculo familiar com a cidade e seus cidadãos, construindo uma memória histórica da população rionegrinhense intrinsecamente ligada à família Zipperer, principais donos da fábrica. Uma história cidadina de relações com a produção de Móveis e sua mais importante empresa que, ao ser oficializada, obscurece construção de Rio Negrinho e da região pelos trabalhadores, em suas múltiplas sociabilidades, angústias e manifestações políticas e espaciais. Sendo esta o principal motivo deste trabalho de dissertação.

Mas como retomar estas práticas sociais advindas da classe trabalhadora na cidade de Rio Negrinho? Presentes na memória de muitos cidadãos ainda vivos, vários destes eventos podem ser recolhidos com bases em entrevistas. Com este método é possível trazer à tona cotidianos do próprio mundo fabril, mas não só, apresentar contextos de festas, bailes, corais inseridos em disputas de caráter cultural.

Alguns episódios serão retomados através do acervo documental disponibilizado no Museu “Carlos Lampe” em Rio Negrinho. Nele há arquivado imensa quantidade de documentos patronais e registros da relação entre fábrica e operário, como o Jornal “AssoCIMO”, organização de trabalhadores da fábrica que formaram uma associação destinada a trazer notícias da fábrica e dos principais acontecimentos no mundo para seus colegas. Além disso, a associação organizava campeonatos, possuía uma sede própria com bar e arrecadação independente.

O histórico do movimento operário será analisado a partir da documentação existente no SINDICOM (Sindicato dos Moveleiros e Construção Civil de Rio Negrinho) contendo fotografias, atas de reuniões e cartazes com chamados a assembleias e manifestações, entre os anos de 1950, até os dias de hoje.

Desse modo, os trabalhos que possuam estes objetivos, invariavelmente, tratarão de analisar qualitativamente a documentação recolhida, a fim de compreender algumas das sociabilidades operárias que fazem parte das relações cotidianas que só são construídas através de conflitos e negociações e entre operários e as classes dominantes.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio H. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar; (Org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

CAMPOS, Nazareno José de; BENDER, Pablo Martin. Região do Contestado e Noroeste Santafesino no início do XX: Grandes Capitais transformando a realidade socioeconômica e ambiental. In: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.). **Nem fanáticos, nem jagunços: Reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Ufpel, 2012. Cap. 10. p. 191-210.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), v. 14. p. 13-57, 2009.

DEAN, Warren. A economia brasileira , 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: Vol V. De 1870-1930**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 659-704.

FAUSTO, Boris. Brasil: Estrutura Social e Política da Primeira República, 1889-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: Vol V. De 1870-1930**. São Paulo: Edusp, 2013. p. 761-812.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 587-606, 2016.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre Classe Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KAESEMODEL, Maria Salete Munhoz. **A Indústria moveleira em São Bento do Sul- SC**. 1990. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geociências, UFSC, Florianópolis, 1990.

SEBRAE (Santa Catarina). Governo do Estado de Santa Catarina. **Estudo Setorial da Indústria Catarinense: Móveis**. Florianópolis: Nova Economia @sc, 2012. 379 p.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto de capitalismo industrial (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (Orgs). **História Geral da Civilização Brasileira**. – 8 – III – O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930). Companhia das Letras, 2012, p.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria a escola: relações da fábrica móveis cimo com o mercado escolar (1912-1954)**. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Udesc, Florianópolis,

SOUZA, Joel José de; BASTOS, Maycon Neykiel. A formação socioespacial do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, II Semestre 2011 p. 1-14.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: THOMPSON, E. P.. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2012. p. 75-180. Orgs. Antonio Luigi Negro, Sergio Silva.

TOMPOROSKI, Alexandre de Assis. **“O pessoal da Lumber!”: Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929**. Florianópolis: UFSC, 2006.

WILLIAMS, RAYMOND. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 43-68.

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 